



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Muriaé/MG, 27 de novembro de 2023.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Senhora Vereadora,

Após detida análise do Projeto de Lei n.º 347/2023 aprovado por esta Augusta Casa Legislativa, observei que referido projeto padece de inconstitucionalidade formal subjetiva (vício de iniciativa), como passarei a demonstrar nas seguintes

RAZÕES DE VETO

Preliminarmente, cumpre salientar que, conforme art. 94, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Muriaé, compete privativamente ao Prefeito vetar proposições de lei, total ou parcialmente. Senão vejamos:

Art. 94 – Compete **privativamente** ao **Prefeito**:

IX – Vetar proposições de Lei, **total** ou **parcialmente**.

Outrossim, o veto ora concebido é tempestivo, uma vez que o art. 81, *caput*, da Lei Orgânica do Município, fixa o prazo para veto em 15 (quinze) dias a contar do recebimento do projeto aprovado, *in verbis*:

Art. 81 – A proposição de Lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara, será enviado ao Prefeito que, no prazo de **15 dias**, contados da data de seu recebimento:

Ultrapassados os apontamentos iniciais quanto à legitimidade do Chefe do Executivo e quanto à tempestividade do veto, passo a tecer as seguintes considerações.

Cuida-se de projeto de lei que *“dispõe sobre o pagamento de incentivo adicional aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate a Endemias – ACE.”*

Decerto, a iniciativa do vereador proponente e desta Casa Legislativa é louvável, eis que, imbuídos da mais nobre intenção, aprovaram a legislação apresentada, evidenciando o afincamento que têm tido na busca pela consecução do bem comum e do melhor interesse dos munícipes.

O objetivo do referido Projeto de Lei busca garantir aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias o pagamento do Incentivo Financeiro – IFA.

Inicialmente, cumpre-me tecer considerações a respeito da Lei 11.350/2006, que regulamenta as atividades dos Agentes Comunitário de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE).



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

O art. 3º do diploma acima mencionado, apresenta as atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS), os quais desempenham funções de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.

O art. 4º, por sua vez, regulamenta as atividades desenvolvidas pelo Agente de Combate às Endemias (ACE), entre as quais a vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

A motivação que ensejou a propositura do Projeto de Lei discutido, possui amparo no art. 198, §5º da Constituição Federal, que atribui a União a competência de prestar assistência financeira complementar (AFC) aos Municípios para o cumprimento do piso salarial nacional dos ACS e ACE. Vejamos:

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, **prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.**

A assistência financeira federal (AFC) para o cumprimento do piso salarial, equivale a 95% do valor do piso vigente, com transferências regulares de 12 (doze) parcelas consecutivas e mais 1 (uma) adicional no último trimestre do ano destinam-se ao cumprimento do piso salarial nacional dos ACS e ACE, conforme redação transcrita:

Art. 9º-C. Nos termos do § 5º do art. 198 da Constituição Federal, compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do piso salarial de que trata o art. 9º-A desta Lei.

...

§ 3º O valor da assistência financeira complementar da União é fixado em 95% (noventa e cinco por cento) do piso salarial de que trata o art. 9º-A desta Lei. **§ 4º** A assistência financeira complementar de que trata o caput deste artigo será devida em 12 (doze) parcelas consecutivas em cada exercício e 1 (uma) parcela adicional no último trimestre.

...

§ 6º Para efeito da prestação de assistência financeira complementar de que trata este artigo, a União exigirá dos gestores locais do SUS a comprovação do vínculo direto dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias com o respectivo ente federativo, regularmente formalizado, conforme o regime jurídico que vier a ser adotado na forma do art. 8º desta Lei.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Diante do exposto, é importante frisar que a parcela adicional de que trata o art. 9º-C, §4º, também se constitui como AFC da União para o cumprimento do piso salarial, entendida claramente como a assistência financeira destinada ao pagamento do 13º salário dos agentes.

Além da AFC para o cumprimento do piso salarial, a lei também prevê um incentivo financeiro para o fortalecimento de políticas afetas à atuação dos agentes, disciplinado no art. 7º, do Decreto 8.474 de 2015:

Art. 7º O valor mensal do incentivo financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação de ACE e ACS **será de cinco por cento sobre o valor do piso salarial de que trata o art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 2006, por ACE e ACS que esteja com seu vínculo regularmente formalizado perante o respectivo ente federativo,** nos termos do art. 4º, observado o quantitativo máximo de ACE e ACS passível de contratação, fixado nos termos do art. 3º.

O repasse de recurso financeiro dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate a Endemias (ACE), estão disponibilizados nos arts. 37 e 427 da Portaria de Consolidação GM/MS 06/2017, respectivamente. Em ambos os dispositivos, o repasse será proporcional ao número de ACS e ACE cadastrados no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

Importante salientar, que os recursos financeiros federais destinados para o custeio da estratégia Agente Comunitário de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate a Edemias (ACE), transferidos aos Entes a título de AFC e incentivo financeiro para fortalecimento das políticas, podem ser aplicados em sua totalidade para o cumprimento do piso salarial, conforme art. 9º-F, do Decreto 8.474/2015, *in verbis*:

Art. 9º-F. Para fins de apuração dos limites com pessoal de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a assistência financeira complementar obrigatória prestada pela União e a parcela repassada como incentivo financeiro que venha a ser utilizada no pagamento de pessoal serão computadas como gasto de pessoal do ente federativo beneficiado pelas transferências.

Entretanto, conforme entendimento consolidado pelo Poder Judiciário, é necessário que a Lei Municipal preveja tal pagamento. Vejamos:

“AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL – INDEVIDO – AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA – A concessão de incentivo financeiro adicional aos ACS, por meio de portarias, sem a devida autorização legislativa, afronta os arts. 37, X, 61, § 1º, II, “a”, e 169, §1º, I, todos da CR.”

(TRT da 3.ª Região; PJe: 0011380-36.2019.5.03.0037 (ROT); Disponibilização: 25/05/2020; Órgão Julgador: Terceira Turma; Relator: Convocada Angela C.Rogedo Ribeiro)



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

*“AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. **“INCENTIVO ADICIONAL”.** INSTITUIÇÃO POR PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE. Somente por lei específica, de iniciativa do chefe do Poder Executivo, é permitida a instituição ou o aumento de vantagens remuneratórias aos empregados e servidores públicos, devendo haver prévia dotação orçamentária (arts. 37, caput e inciso X, 39, § 4º, 61, § 1º, II, a, e 169, da CF). Nesse prisma, a criação da parcela remuneratória denominada **“Incentivo Adicional”** por meio de simples Portaria do Ministério da Saúde, sem expressa autorização legislativa, inviabiliza a concessão da verba aos empregados públicos que trabalham como agente comunitário de saúde.”* (TRT da 3.^a Região; PJe: 0010616-56.2019.5.03.0035 (ROT); Disponibilização: 02/04/2020, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 598; Órgão Julgador: Sexta Turma; Relator: Convocado Jesse Claudio Franco de Alencar)

No entanto, a despeito da implementação do incentivo adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias depender de legislação municipal, trata-se de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, bem como prévia dotação orçamentária para sua eficácia. A Portaria do Ministério da Saúde somente é viabilizada por meio de lei específica, e não por si própria, pois trata-se de recurso disponibilizado ao Ente local.

São essas as razões, Excelentíssimo Senhor Presidente, que me conduziram a **VETAR TOTALMENTE** a proposição em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Na certeza de contar com a costumeira atenção deste Ilustre Presidente, renovo meu voto de estima e distinta consideração, extensivo aos D.D.s Edis.

Respeitosamente,

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Ao Exmo. Sr.
GERSON FERREIRA VARELLA NETO
DD. Presidente da Câmara Municipal